

A semana política São José Almeida

sao.jose.almeida@publico.pt



Cinco anos e nada

Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP) morreu há ontem cinco anos e no dia em que se assinalou mais um aniversário da sua morte quase ninguém deu por isso. É evidente que não era preciso inaugurar nenhuma estátua (ou era?). Mas é significativo que nenhuma instituição estatal tenha tomado a mínima iniciativa para a lembrar. Nenhum departamento do Governo teve um gesto para marcar o dia. Aquela que foi uma das intelectuais e estadistas portuguesas mais prestigiadas internacionalmente continua a ser ignorada em Portugal. Aquela que foi uma pensadora global que ombrou e trabalhou com grandes pensadores e estadistas da segunda metade do século XX permanece subestimada em Portugal.

É certo que a data não passou absolutamente despercebida. Na Fundação Gulbenkian realizou-se a última de uma série de quatro conferências. Mas cinco anos depois, MLP continua a não ter, no seu país, o devido reconhecimento.

Para a grande maioria dos portugueses, MLP limita-se a ser uma senhora que fez qualquer coisa noutros tempos e que aparecia na TV. Bastantes sabem mesmo que ela foi a primeira mulher e única até

hoje a ocupar o cargo de primeira-ministra (embora muitos façam questão de referir que o foi por nomeação). Alguns recordam-se que foi a primeira mulher a candidatar-se a Presidente da República.

Mas a maioria dos portugueses desconhece a real dimensão de MLP, bem como a actualidade que tem hoje - ou sobretudo hoje - o pensamento político desta mulher que integrou organismos como o Conselho de Interação de Ex-Chefes de Governo, a partir de 1983 e sendo vice-presidente em 1988-93, o Conselho Directivo da Universidade das Nações por indicação do secretário-geral da ONU, do director-geral da UNESCO e da Santa Sé (1983-89), o Conselho da Ciência e da Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento eleito pela Assembleia Geral da ONU (1989-91), o Grupo de Peritos da OCDE sobre a Mudança Estrutural e o Emprego das Mulheres (1990-91).

Mas há mais: MLP foi conselheira especial do reitor da Universidade das Nações Unidas (1990-92), presidente do Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre Igualdade e Democracia (1992-94) e presidente da Comissão Mundial Independente sobre a População e Qualidade de Vida (1992-97), a convite dos governos de Holanda,

A maioria desconhece a dimensão de MLP, bem como a actualidade do seu pensamento político

Suécia, Noruega, Alemanha, Canadá, Reino Unido e Japão, da ONU, do Banco Mundial e de várias fundações americanas. E ainda foi presidente do Conselho Directivo do WIDER/UNU, Instituto Mundial de Investigação sobre Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas (1993-98) e do Comité dos Sábios da Comissão Europeia (1995-96).

Integrou ainda a Fundação Europa-América Latina (1984), o Clube de Roma (1984), o Sisterhood Is Global Institute (desde 1986, sendo presidente em 1994), o comité consultivo do Synergos Institute (1988), o Instituto para o Desenvolvimento e a Acção Cultural (1997), o Institute for Democratic Electoral Assistance (1997), o Conselho de Women World Leaders (1998) e o World Order Model's Project.

Ora, se MLP ocupou estes lugares, com um prestígio e uma dimensão nunca igualada por

nenhum português, fe-lo fruto de uma capacidade de trabalho e de pensamento, de reflexão e de debate sobre os problemas do mundo no século XX e no início do século XXI que é importante pela sua dimensão global, pela sua inovação, pela sua radicalidade. E que permanece actual.

Em Portugal, MLP foi sempre olhada de soslaio. Maltratada pelas pindéricas elites. Vista como utópica (como se ter utopia fosse um defeito). Alcanhada de terceiro-mundista, forma bacoça de falar de quem se preocupou e reflectiu sobre os problemas da fome, da desnutrição, do abandono, da qualidade de vida, em suma da desigualdade e da busca da sua superação. Por um país que ignorou e ignora, com toda a arrogância que só a ignorância permite, o seu pensamento.

Assim como ignora e maltrata uma outra mulher que, embora numa dimensão e numa área diversa da de MLP, possui um prestígio e um currículo raro, a pianista Maria João Pires (MJP).

Sendo uma das maiores intérpretes vivas de Beethoven, com contrato há duas décadas com a Deutsche Grammophon, a maior editora de música clássica, senhora de uma agenda de espectáculos

internacional, em que não se esquece de manter todos os anos os palcos portugueses, MJP quis também deixar, na sua terra, uma herança cultural ligada à música. Chama-se Belgas e acaba de ser penhorado, na sequência de um processo de funcionários que não receberam a devida indemnização de fim de contrato.

Não se questiona o direito dos trabalhadores de receberem o dinheiro que lhes é devido e recorrerem aos tribunais. Mas que país é este em que se deixa que uma iniciativa como Belgas chegue ao estado de ver planos penhorados e pare de cumprir a sua função, a do ensino da música?

Será que os impostos dos portugueses só servem para apoiar bancos e empresas em apuros e nenhum governante - à excepção de Manuel Maria Carrilho - percebe da diferença e da excelência de existirem em Portugal não um mas seis possíveis até vários centros como Belgas? Continuamos a ser um país eficaz na produção de estrangeirados? Quando será que figuras como MLP ou MJP vão receber de Portugal o devido reconhecimento e reconhecimento?

Journalista